

Apresentação

Este projeto surgiu da vontade de divulgar o conhecimento adquirido a partir do trabalho de um grupo especializado. Todos os autores são integrantes da Equipe de Trabalho Remoto em Benefícios por Incapacidade do Paraná (ETR-BI/PR), pioneira na especialização da matéria no Brasil. São centenas de processos recebidos diariamente desde a citação até o recurso, todos relacionados à concessão de benefícios por incapacidade (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente) e conduzidos de forma séria e comprometida por essa equipe, que conta com o segundo maior índice de sucesso de toda Procuradoria Geral Federal em 2019.

Depois de anos lidando com a mesma matéria e dedicando atenção a detalhes antes ignorados em meio ao volume de processos, foi de maneira natural com que surgiu a vontade de abordar criticamente os temas mais trabalhados no dia-a-dia. São questões recorrentes, controversas, objeto de indignação, que motivam discussão, que fazem refletir e sugerir mudanças.

Os benefícios por incapacidade são os responsáveis pelo maior movimento das agências da Previdência Social e também pela grande massa de processos na Justiça Federal em todo país. Uma única doença pode gerar vários processos administrativos e, para cada um deles, uma ação judicial. São benefícios precários e, em grande parte, de baixo valor ou com rendas equivalentes ao salário mínimo, mas que provocam o maior índice de judicialização.

O primeiro artigo já dá conta da dimensão dos benefícios por incapacidade no Brasil. Sérgio Eidi Yamagami Sawasaki faz uma abordagem estatística e traz os números dos benefícios por incapacidade em todo país. A partir desses dados, é possível inferir o uso abusivo do processo judicial do Juizado Especial Federal, em que a concessão indiscriminada da assistência judiciária gratuita está diretamente relacionada aos altos índices de improcedência. Este é o tema enfrentado por mim, Clarissa Teixeira Paiva, no segundo artigo. Ainda nessa linha crítica, Elias Augusto Reinaldin aborda de forma perspicaz as brechas que o sistema concede a contribuintes individuais e facultativos que buscam a concessão de benefícios por incapacidade sem contribuir de forma regular.

Na sequência, são tratadas questões frequentemente debatidas e que merecem uma análise jurisprudencial mais aprofundada. Aline Machado Weber explora as hipóteses legais de isenção de carência e o

debate sobre a amplitude do conceito de doença grave e acidente. Ainda sobre isenção de carência, Karine Teixeira Dumêr Romera analisa o caso de preexistência quando há doença grave. Clarice Alagasso fala sobre o desemprego como a hipótese mais polêmica de extensão do período de graça. O emparedamento é tratado a partir do drama sofrido pelo personagem principal do filme “Eu, Daniel Blake”, em mais um artigo de minha autoria. E o auxílio-acidente é objeto de análise de James Henrique Bertolo no artigo sobre a redução da capacidade funcional. Por fim, a reabilitação profissional é destrinchada por Vivian Caroline Castellano, que explica o passo a passo do processo e reforça o papel do INSS como ator principal na sua condução.

São temas imperdíveis para quem trabalha com benefícios por incapacidade ou deseja se especializar. As principais questões debatidas nas ações judiciais estão presentes nos artigos, além de os autores ainda oferecerem elementos para reflexão.

O mais importante não é repetir com maestria um ofício de que já se tem suficiente conhecimento. O maior desafio é pensar fora do processo, é elaborar caminhos alternativos e sugerir mudanças necessárias. O objetivo deste estudo vai além do nosso trabalho diário: a ideia é reproduzir as nossas reflexões, os debates e as indignações, o que está por trás das reuniões, conversas e mensagens. Isso é o resultado da vontade de se aperfeiçoar e estimular melhores práticas nas ações sobre benefícios por incapacidade.

Espero que a leitura seja produtiva.

Clarissa Teixeira Paiva
Coordenadora